



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

CARGO CÓD. 101 – ASSISTENTE JURÍDICO



Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com **50 (cinquenta) questões** da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.

Exemplo:

Português	Informática	Conhecimentos Específicos
15	05	30



02- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

03- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras **(A, B, C, D)**, mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

04- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- a) Utilizar ou consultar *cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares (ainda que desligados), papéis, apostilas, dentre outros.*
- b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

05. Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após **1 (uma) hora** a partir do início da prova. O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, **não** permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

06. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões caso saia da sala de aplicação de sua prova nos últimos **30 (trinta) minutos**.

07. Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.

08. Qualquer questionamento sobre a prova deverá ser encaminhado por via de recurso de acordo com o edital para este concurso Público.

10. Confira, no Cartão-Resposta, o número de sua Inscrição, o cargo para o qual se inscreveu, seu nome e assine no espaço adequado.

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO _____



DATA: (1ª ETAPA)
24 de fevereiro de 2019



HORÁRIO: (TARDE)
14h às 18h



DURAÇÃO:
4 horas

INSTITUTO
MACHADO DE ASSIS

MAIS INFORMAÇÕES:

Internet: www.institutomachadodeassis.com.br
Telefone: (86) 3025-1017
E-mail: ima.concursopacolumiar@outlook.com

INSTITUTO MACHADO DE ASSIS - IMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR

RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

INSTITUTO
MACHADO DE ASSIS



LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES DE 1 A 15

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

AS QUESTÕES DE 1 A 15 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO TEXTO

1 A educação brasileira recebe investimento alto, porém é carente de qualidade. São cerca de 6,4%
2 do PIB investidos em educação, correspondendo a cerca de 17% do gasto público total (2012). Tal valor está
3 acima da média mundial levantada pela OCDE (cerca de 12%), e mesmo assim, alguns problemas estruturais
4 persistem. Os mais comuns são a falta de professores, bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de
5 informática. Além disso, 99% dos professores do ensino básico no país ganham menos de R\$ 3,5 mil por
6 mês, trabalhando 40 horas semanais.

7 Na esfera pública, é comum haver atrasos em repasses para os governos. Em maio de 2018, por
8 exemplo, foi organizada uma Comissão Externa na Câmara dos Deputados para apurar o motivo de recursos
9 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
10 Educação (FUNDEB) ainda não terem chegado ao seu destino. Em função de um erro de cálculo do Tribunal
11 de Contas da União (TCU), municípios receberam cerca de R\$ 90 bilhões a menos do que deveriam, o que
12 representa um rombo considerável para as gestões municipais. Somado a isso, existem procedimentos de
13 registro de aula e frequência, além de formas de documentação das práticas docentes, que exigem grande
14 atenção da equipe escolar. Essa alta demanda de tempo dos profissionais é explicado por, na maioria das
15 escolas, tais documentos ainda serem escritos à mão, demandando que funcionários das secretarias gastem
16 muito tempo transferindo os dados para um sistema unificado. Este é um exemplo real de burocracia que
17 ainda persiste e que poderia ser substituído por um programa de computador único, integrado e nacional, por
18 exemplo.

19 Além disso, embora os órgãos educacionais em todas as esferas possuam atribuições próprias, eles
20 compartilham a responsabilidade de gerir a educação brasileira, ou seja, de mantê-la coesa. Isso significa que
21 os órgãos educacionais precisam dialogar e estabelecer uma linha de ordem para que a comunicação entre
22 eles seja efetiva, existindo, então, uma hierarquização dentro da federação. No caso, o Ministério da
23 Educação (MEC) e a União são aqueles que detêm maior autonomia em relação aos outros. “Descendo” na
24 pirâmide organizacional, tem-se o nível estadual e, então, chega-se às redes municipais, que dependem das
25 decisões das demais esferas para que possam funcionar. A lógica dessa hierarquização, em termos de manter
26 a educação coesa, faz sentido, porém ela não é claramente aplicada.

27 Existem cidades onde as redes estadual e municipal ofertam ensino fundamental, que acabam
28 competindo pelo mesmo público e, conseqüentemente, gerando vagas que não são ocupadas. Existem,
29 também, muitos processos de autorização ou burocratização entre os agentes coordenadores da educação
30 brasileira, o que pode fazer com que muitos programas federais demorem a chegar a todas as escolas. Essa
31 burocracia gera um “bloqueio” no sentido de que a educação brasileira é pouco adaptável às necessidades de
32 cada geração e vem seguindo um mesmo modelo há décadas.

33 Não é preciso ir muito longe para ver que é possível encontrar soluções para muitos dilemas
34 internos e externos da educação brasileira. Em Santo André (SP), durante o ano de 2014, creches e escolas da
35 cidade elegeram representantes infantis para fazerem parte da discussão sobre educação na prefeitura,
36 durante as plenárias sobre orçamento participativo. Após 30 representantes da cidade serem eleitos, usando
37 até recursos de urna eletrônica, os mesmos diagnosticaram nas escolas e bairros problemas enfrentados pelas
38 crianças e trouxeram suas reivindicações em desenhos. Naquele ano, 66 propostas para a Câmara Municipal
39 foram encaminhadas pelos meninos. Será que ouvir os estudantes não pode ajudar a resolver problemas
40 estruturais e gritantes desse sistema? Afinal, o que os estudantes têm a dizer sobre o meio em que convivem
41 todos os dias?

FONTE: <https://www.politize.com.br/educacao-brasileira-realidade-e-desafios/>



01) O autor do texto, no que se refere à Educação no Brasil,

- A)** vê as bases sociais do país, no presente, como frágeis, para que se implemente um processo educacional de qualidade.
- B)** reconhece a existência de várias causas para o problema da educação no Brasil, embora não aponte uma saída para tal impasse.
- C)** culpa a elite brasileira de ontem e a de hoje pela falta de empenho na construção de mais escolas.
- D)** sabe que, quando se trata de conquistas educacionais, é necessária, também, a participação do corpo discente.

02) " Os mais comuns são a falta de professores, bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de informática. Além disso, 99% dos professores do ensino básico no país ganham menos de R\$ 3,5 mil por mês, trabalhando 40 horas semanais." (L.4/6)

Com a declaração em destaque, o articulista

- A)** para respaldar seu ponto de vista, deixa subtendida a inexistência de interesse sociopolítico pela Educação no Brasil, pela falta de fiscalização do emprego correto das verbas destinadas à educação.
- B)** condena a falta de dedicação dos educadores de outrora e o descompromisso dos que atuam no presente.
- C)** admite falhas na atual educação brasileira, embora deixe subentendido que, em relação ao passado, há avanços a considerar.
- D)** acaba negando, tendo em vista o passado histórico da Educação no país, a possibilidade de uma melhoria nesse setor, a curto ou a médio prazo.

03) Expressa uma relação de causa e consequência, respectivamente, o trecho em destaque na alternativa:

- A)** "...embora os órgãos educacionais em todas as esferas possuam atribuições próprias, eles compartilham a responsabilidade" (L.19/20).
- B)** "Em função de um erro de cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU), municípios receberam cerca de R\$ 90 bilhões a menos" (L.10/11).
- C)** "A educação brasileira recebe investimento alto, porém é carente de qualidade." (L.1).
- D)** "Essa alta demanda de tempo dos profissionais é explicado por, na maioria das escolas, tais documentos ainda serem escritos à mão," (L.14/15).

04) No texto,

- A)** "alto" (L.1) modifica o verbo, estabelecendo noção circunstancial de intensidade.
- B)** "foi organizada" (L.8) apresenta-se na mesma voz que "terem chegado" (linha 10).
- C)** "poderia ser substituído por um programa de computador único, integrado e nacional, por exemplo." (L.17/18) é exemplo de predicado verbal.
- D)** Em "hierarquização" (L.25), o "h" é exemplo de consoante brasileira.

05) Completa o sentido de um verbo o termo transcrito em:

- A)** "atrasos" (L.7).
- B)** "uma Comissão Externa na Câmara dos Deputados" (L.8).
- C)** "a todas as escolas" (L.30).
- D)** "procedimentos" (L.12).

06) Os termos "mesmo" (L.3) e "por exemplo" (L.7/8), respectivamente, expressam ideias:

- A)** explicativa e concessiva.
- B)** conclusiva e explicativa.
- C)** comparativa e conclusiva.
- D)** concessiva e explicativa.

07) Leia:

"Isso significa que os órgãos educacionais" (L.20/21).

No fragmento em evidência, a palavra "que" possui o mesmo valor morfológico que o vocábulo "que" da frase:

- A)** "que exigem grande atenção da equipe escolar." (L.13/14).
- B)** "que funcionários das secretarias gastem muito tempo" (L.15/16).
- C)** "que ainda persiste" (L.16/17).
- D)** "que não são ocupadas." (L.28).

08) Com relação aos mecanismos linguísticos usados no texto, é **CORRETO** afirmar:

- A)** O termo "detém" (L.23) está acentuado corretamente, adequando-se à norma de acentuação gráfica.
- B)** Em "tem-se o nível estadual" (L.24), a forma verbal está usada incorretamente, quando se observa o uso normativo do léxico.
- C)** O termo "ou seja," (L.20) expressa uma retificação do enunciador.
- D)** "onde" (L.27) especifica o termo "cidades" (L.27).



09) Do ponto de vista formal da Língua Portuguesa, há dígrafo e ditongo, respectivamente, na alternativa:

- A) “qualidade” (L.1) e “alto” (L.1).
- B) “assim” (L.3) e “país” (L.5).
- C) “erro” (L.10) e “alta” (L.14).
- D) “haver” (L.7) e “exigem” (L.13).

10) A base primitiva de formação das palavras “hierarquização” (L.25) e “gritantes” (L.40) é um:

- A) verbo e substantivo.
- B) substantivo e adjetivo.
- C) substantivo e verbo.
- D) verbo e adjetivo.

11) Exerce a mesma função de “do Fundo de Manutenção” (L.9) o termo

- A) “dos profissionais” (L.14).
- B) “dos Profissionais da Educação” (L.9/10).
- C) “de professores,” (L.4).
- D) “de qualidade.” (L.1).

12) Com referência ao texto, pode-se afirmar:

- A) Os termos “um”, em “um rombo” (L.12) e “os” em “os dados” (L.16) são imprescindíveis para determinar o significado dos substantivos com os quais se relacionam.
- B) O termo “todos os dias” (L.41) completa o sentido de um verbo.
- C) “atrasos”, em “é comum haver atrasos em repasses” (L.7), muda de função sintática se houver a substituição do verbo *haver* por *existir*.
- D) O vocábulo “ainda”, em “que ainda persiste” (L.16/17), expressa ideia de concessão.

13) Classifica-se como pronome o termo:

- A) “a”, em “a falta” (L.4).
- B) “o”, em “o que representa um rombo considerável” (L.11/12).
- C) “o”, em “o motivo” (L.8).
- D) “um”, em “por um programa de computador único” (L.17).

14) Os termos “Afinal” (L.40) e “porém” (L.1) expressam, respectivamente, ideia de:

- A) Síntese e adversidade.
- B) Explicação e oposição.
- C) Explicação e adição.
- D) Conclusão e ressalva.

15) Leia:

“Naquele ano, 66 propostas para a Câmara Municipal foram encaminhadas pelos meninos.” (L.38/39).

No período em destaque:

- A) “pelos meninos” é agente da ação verbal.
- B) “pelos meninos” completa o sentido de “encaminhadas”.
- C) O predicado é nominal.
- D) A oração obedece à disposição linear dos termos.



INFORMÁTICA

QUESTÕES DE 16 A 20

16) No **Microsoft Excel 2013**, para calcular o número de células que contêm números, utiliza-se a função:

- A) CONT.VALORES
- B) CONTAR
- C) CONT.SE
- D) CONT.NÚM

17) A função do **Microsoft Word** utilizada para dividir o documento em partes, e adicionar formatação como colunas, cabeçalhos e rodapés, bordas de página, em cada parte é:

- A) Dividir.
- B) Quebra de seção.
- C) Comparar.
- D) Painel de Navegação.

18) Marque a alternativa que contém **apenas** memória do tipo volátil.

- A) Cache, Disco SSD, ROM.
- B) Cache, RAM, Registradores.
- C) Disco SSD, pendrive, ROM.
- D) Registradores, BIOS, Chipset .

19) “O Internet Explorer 11 possui um recurso que enquanto você navega pela Web, analisa as páginas e determina se elas podem ser consideradas suspeitas. Se encontrar páginas suspeitas, o recurso exibirá uma página de aviso, dando a você a oportunidade de enviar comentários e sugerindo que você prossiga com cautela. Ele verifica os sites visitados e os compara com uma lista dinâmica de sites de phishing e sites de softwares mal-intencionados relatados. ”

O recurso do **Internet Explorer 11** citado no texto é:

- A) Filtragem Activex.
- B) Gerenciar complementos.
- C) Filtro do Smartscreen.
- D) Navegação Inprivate.

20) Qual comando do Google é usado para fazer uma busca específica por documentos de texto do Word, planilhas do Excel, apresentações do PowerPoint, arquivos em PDF entre outros?

- A) filetype.
- B) or.
- C) intitle.
- D) allinurl.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 50

21) A soberania é característica atribuída à República Federativa do Brasil. Aos municípios, porém, é conferida autonomia. Em face deste atributo, um Assistente Jurídico, em resposta à consulta do prefeito, respondeu corretamente que:

- A)** A autonomia confere aos municípios a total independência da União e do Estado correspondente, tornando-o livre para acatar ou não as disposições da Constituição Federal e Constituição Estadual.
- B)** A capacidade de autoadministração não é típica de municípios, mas apenas de Estados e da União.
- C)** Os municípios possuem, em face da autonomia, a capacidade de auto-organização, ou seja, assim como a União e os Estados, eles também podem se organizar por meio de Constituições Municipais, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D)** A autonomia municipal implica também na capacidade de autoadministração, por meio da qual os municípios podem organizar sua própria estrutura administrativa, sem depender de órgãos federais ou estaduais para autorizá-lo a cuidar dos interesses locais.

22) João, 17 (dezessete) anos, foi propositadamente dopado em uma festa para comemorar sua aprovação no vestibular. Sem ter clareza sobre o que se passava, foi levado a assinar de próprio punho um documento que declarava a sua desistência da vaga na universidade por motivos pessoais. É certo, porém, afirmar que perante o Código Civil pátrio:

- A)** Devido à causa transitória que o impedia de exprimir sua vontade, João era considerado, para aquele ato, relativamente incapaz.
- B)** João é, para os efeitos da lei, absolutamente incapaz, enquadrando-se como alguém que, mesmo por causa transitória, não pode exprimir sua vontade.
- C)** É inválida a assinatura do documento posto que João é absolutamente incapaz devido a ser menor de 18 (dezoito) anos.
- D)** A prodigalidade de João tornou válida a assinatura do documento, estando ele apto a produzir todos os seus efeitos.

23) A legislação dispõe que a posse e o exercício de agente público estão condicionados à apresentação de declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado. Acerca dessa declaração, a única alternativa abaixo que apresenta **ERRO** é:

- A)** A declaração de bens deverá ser atualizada anualmente, assim também como na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- B)** A declaração deverá compreender apenas os imóveis, móveis, semoventes e dinheiro.
- C)** O agente que se recusar a prestar a declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, será punido com pena de demissão, além de outras penas cabíveis.
- D)** Os bens e valores patrimoniais dos filhos que vivam sob a dependência econômica do declarante também devem, quando for o caso, integrar a declaração.

24) Julgue os itens a seguir e marque a alternativa que aponta todos os itens verdadeiros:

- I. O funcionário público que apenas solicitou de um empreiteiro, que estava contratando com a Administração Pública, alguns milheiros de tijolos para sua cunhada, para cobrar parcialmente um tributo que lhe competia cobrar, comete crime funcional contra a ordem tributária, sujeito à pena de reclusão, de três a oito anos, e multa.
- II. Colocar à venda peito de frango cuja embalagem informava um quilo, quando na verdade só havia seiscentas gramas, não constitui crime contra as relações de consumo enquanto não se concretizar a venda.
- III. Alterar nota fiscal é crime contra a ordem tributária, sujeito à pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

- A)** II e III.
- B)** Apenas I.
- C)** I e III.
- D)** I e II.



- 25)** Ávido celebrou contrato de promessa de compra e venda com Bélió, dispondo que a venda somente se concretizaria se Bélió se casasse com Celma e, em seguida e em segredo, com Dália. Dália, por sua vez, fez um acordo com Celma com os seguintes termos: Celma poderia continuar usando o carro de Dália emprestado somente até a primeira chuva do ano cair. Diante do imbróglio, pode-se afirmar, de forma juridicamente **CORRETA**, que:
- A)** O encargo imposto a Bélió poderia ser considerado crime e invalidar todo o negócio jurídico se, no Brasil, a bigamia ainda fosse uma conduta tipificada legalmente.
- B)** A cláusula que Dália impôs a Celma é juridicamente considerada como uma condição resolutiva, portanto, válida para todos os efeitos.
- C)** Ávido estabeleceu com Bélió uma cláusula de encargo válida para todos os efeitos, pois se baseia na livre vontade de contratar.
- D)** Dália estabeleceu um termo final para Celma utilizar o seu veículo.
- 26)** Francisco Mohammed, filho de pai paquistanês e mãe brasileira, nasceu em Islamabad em outubro de 2004, tendo sido registrado imediatamente por sua mãe na embaixada do Brasil. Sabendo que sua mãe fora morar no Paquistão a serviço de sua empresa, aponte a alternativa que informe as opções legais possíveis para que Francisco Mohammed torne-se brasileiro:
- I. Visto que é filho de mãe brasileira e foi registrado em repartição brasileira competente, basta que ele se mude a qualquer tempo para território brasileiro e opte expressamente pela nacionalidade brasileira.
- II. Como sua mãe estava a serviço de empresa brasileira, Mohammed já é considerado brasileiro nato, sem mais quaisquer exigências.
- III. Havendo reciprocidade pelo governo paquistanês, será exigida de Francisco Mohammed apenas residência no Brasil por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- A)** Todas estão corretas.
- B)** Nenhuma das opções está correta.
- C)** Apenas a opção I está correta.
- D)** Apenas as opções II e III estão corretas.
- 27)** Segundo a moderna classificação constitucional, e de acordo com a doutrina dominante, assinale a única disposição a seguir que é **FALSA**:
- A)** A Constituição dirigente busca garantir a liberdade, limitando o poder.
- B)** Constituição balanço é aquela que reflete um degrau da evolução socialista no Estado.
- C)** Constituições semirrígidas são aquelas que possuem algumas matérias que exigem um processo de alteração mais difícil, enquanto outras não possuem essa exigência.
- D)** Ortodoxa é a Constituição formada por uma única ideologia, ao contrário das ecléticas, que são os textos constitucionais formados por ideologias conciliatórias.
- 28)** O Prefeito de determinado município brasileiro, observando o crescimento de clínicas médicas na região, determinou que, a partir de janeiro do ano seguinte, a alíquota do Imposto Sobre Serviços – ISS – passasse de 3% para 7% sobre os serviços prestados por profissionais liberais, exclusivamente, do ramo da saúde. Os vereadores de oposição, no entanto, imediatamente, acionaram a Câmara Municipal alegando a inconstitucionalidade da medida, enquanto foram combatidos pela bancada da situação. Acerca do quadro exposto e das limitações do poder de tributar dos Municípios, aponte a alternativa cujo parecer é juridicamente **INCORRETO**.
- A)** Os Municípios, assim como os Estados, não podem instituir impostos sobre templos de culto religioso, pois tal competência é exclusiva da União.
- B)** É inconstitucional a medida, posto que é vedado ao Município aumentar tributo sem lei que o faça.
- C)** Também será considerado inconstitucional o imposto que configurar-se como confisco.
- D)** É inconstitucional a medida, uma vez que não se pode instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, inclusive em razão de ocupação profissional por eles exercida.
- 29)** Nos termos da Lei 8.666/93, a inexigibilidade da licitação e a contratação direta pela Administração Pública são possíveis nas hipóteses de:
- A)** Emergência ou de calamidade pública.
- B)** Contratação de serviços de natureza singular, desde que observados certos requisitos legais, sendo vedada essa hipótese para serviços de publicidade e divulgação.
- C)** Aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública.
- D)** Contratação de remanescentes de obras, serviços ou fornecimento em consequência de rescisão contratual.
- 30)** O Estado do Maranhão resolveu realizar processo licitatório para a alienação de bens móveis inservíveis para a Administração Pública. Considerando a situação fática apresentada, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A)** O Pregão é a modalidade a ser utilizada, uma vez que, por ser menos burocrático, permite a redução de despesas e tempo na realização da licitação.
- B)** Constitui-se uma das hipóteses de dispensa de licitação.
- C)** Nessa modalidade, o prazo de intervalo mínimo entre a publicação do instrumento convocatório (edital) e a entrega dos envelopes será de 8 dias corridos.
- D)** Nesse processo licitatório poderão ser leiloados bens que não atendam mais a necessidade do Poder público, utilizando como critério de seleção o maior lance.



- 31)** É competência exclusiva da União:
- A)** Organizar e manter os serviços oficiais de estatística, o sistema cartográfico e de geologia nacionais.
 - B)** Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.
 - C)** Legislar sobre direito civil, comercial, penal e processo penal.
 - D)** Exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas.
- 32)** John Stuart, cidadão americano conhecido no município brasileiro em que reside, há mais de quinze anos, como grande interessado dos negócios públicos, manifestou perante o diretório de um partido local o desejo de filiar-se para concorrer a uma vaga de Vereador nas eleições seguintes. Sendo ele americano de nascimento, é **CORRETO** inferir, segundo a Constituição Federal, que:
- A)** John Stuart precisará demonstrar que atende aos requisitos para o cargo, pelo que estará impedido de se candidatar se tiver menos de 30 anos de idade e não tiver nacionalidade brasileira.
 - B)** Não há, no ordenamento pátrio, nenhuma possibilidade de candidatura para John Stuart, visto que estrangeiros não podem se candidatar a cargos públicos brasileiros, ainda que naturalizados.
 - C)** Para adquirir nacionalidade brasileira, requisito fundamental para a candidatura, John Stuart deverá requisitá-la perante os órgãos nacionais competentes, e demonstrar residir na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.
 - D)** John Stuart poderá se candidatar apenas quando tornar-se brasileiro nato, o que ocorre automaticamente depois de quinze anos residindo no Brasil ininterruptamente, ou há um ano, desde que tenha imigrado já falando a língua portuguesa, e seu país natal tenha reciprocidade no tratamento com os brasileiros.
- 33)** A Prefeitura Municipal de Passo Pequeno está sendo acionada judicialmente pela construtora responsável pela obra de um posto de saúde público. Na exordial, alega a autora que o município não está fazendo os pagamentos devidos há mais de 90 (noventa dias), e que a justificativa da decretação de estado de calamidade, devido às fortes chuvas do período, na região, não teriam o condão de suspender essa obrigação do ente contratante. Diante das circunstâncias e de acordo com a legislação aplicável ao quadro exposto, aponte a alternativa **CORRETA**:
- A)** A rescisão também poderia ser feita da forma amigável, dispensada, neste caso, a autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, uma vez que essa exigência se aplica somente à rescisão administrativa.
 - B)** A ação não merece ir adiante, pois o prazo previsto expressamente na legislação é de 120 (cento e vinte) dias de atraso.
 - C)** A ação não merece prevalecer, tendo em vista que, em situação de calamidade pública, não é cabível rescisão contratual em virtude de atraso de pagamentos superiores a 90 (noventa) dias, sendo apenas assegurado ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações até que a situação seja normalizada.
 - D)** A ação merece prevalecer, pois o estado de calamidade em nada prejudica os contratos já em curso pela Administração Pública.
- 34)** Ao publicar novo ato administrativo, o Secretário de Educação de um município determinou que, a partir daquela data, estavam vedadas matrículas em instituições públicas de ensino de alunos cujas famílias não estivessem inscritas no cadastro único dos programas sociais federais. Indignado com a decisão, alguns pais entraram com mandado de segurança perante o Poder Judiciário local para forçar o Poder Público a realizar as novas matrículas. À luz do tratamento dado pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil ao mandado de segurança, é **CORRETO** dizer que:
- A)** No caso em tela, a autoridade coatora será o juiz local, pois a este caberá coagir o servidor público que atua na instituição de ensino a efetuar as matrículas.
 - B)** O mandado de segurança não se revela, nesse caso, o meio adequado para o fim buscado pelos pais, já que todo tratamento de dados, cadastros ou informações acerca de cidadãos, deve ser manejado por meio de *Habeas Data*.
 - C)** É cabível o mandado de segurança na situação, pois este é o instrumento hábil para proteger o direito líquido e certo, não protegido por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o autor do ato ofensor for autoridade pública.
 - D)** Mandado de segurança não é cabível contra atos de agentes públicos ou pessoas jurídicas no exercício de atribuições do Poder Público, já que apenas atos de particulares são questionáveis por essa via.
- 35)** Serafim, proprietário de um bar no município de Águas Doces, não concordou em providenciar, junto à Prefeitura, o alvará de funcionamento para seu estabelecimento. Para não ter problemas com a fiscalização, porém, Serafim usou, emoldurando e expondo, um documento semelhante aos alvarás emitidos pelo Poder Público, mas confeccionado e impresso por seu sobrinho no computador residencial de seu uso. De acordo com os fatos narrados, é **CORRETO** afirmar, à luz do Código Penal brasileiro, que:
- A)** Serafim cometeu o crime de falsificação de documento particular, com pena de reclusão de um a cinco anos, e multa.
 - B)** O sobrinho de Serafim cometeu o crime de falsificação de documento público, com pena de reclusão de dois a seis anos, e multa; Serafim cometeu o crime de uso de documento falso, com a mesma pena cominada à falsificação.
 - C)** Não haverá crime se a conduta de Serafim e de seu sobrinho não tiverem ofendido a esfera moral ou patrimonial de ninguém.
 - D)** A conduta de Serafim é mera irregularidade, não estando tipificada na legislação penal brasileira, mas a conduta de seu sobrinho é crime.



36) Nos termos do Sistema Tributário Nacional, julgue os itens seguintes:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria.
- II. Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais, referentes à matéria tributária sobre o adequado tratamento tributário aos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas.
- III. Os municípios podem conceder incentivos fiscais referentes ao ICMS.

É **CORRETO** afirmar que:

- A)** Somente a III está errada.
- B)** Somente I e III estão corretas.
- C)** Somente a I está correta.
- D)** Somente II e III estão corretas.

37) As Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI's) são criadas para apuração de fatos determinados e por prazo certo. Acerca desse tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A)** Terão poderes judiciários próprios das autoridades judiciárias, podendo requerer diligências e realizar depoimento de testemunhas.
- B)** Poderá determinar a interceptação telefônica dos envolvidos na investigação.
- C)** Os convocados pela CPI são obrigados a comparecer, sob pena de condução coercitiva.
- D)** Em alguns casos, poderá requisitar informações fiscais, bancárias e telefônicas (registro de dados) diretamente às instituições responsáveis.

38) Configura-se como excesso de exação:

- A)** A conduta de funcionário público que, em face de grande amizade com um munícipe, deixa de autuá-lo por sua prática comercial irregular.
- B)** A conduta do funcionário público municipal que, cobrando tributo de empresário local legalmente devido, o faz por meio de alto-falantes, de modo a dar exposição constrangedora à dívida.
- C)** A inserção em dobro de informações prejudiciais, por funcionário público, em sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- D)** O abandono de cargo público, fora dos casos previstos em lei.

39) Chico Flores é proprietário de um terreno na zona urbana do município onde reside. Embora seu terreno tenha 500 m² (quinhentos metros quadrados), as fortes chuvas deste ano fizeram com que partes de terra se deslocassem para as margens do riacho que passa em sua propriedade e aumentasse em 100 m² (cem metros quadrados) a área total. A Prefeitura, fazendo levantamento do tamanho das propriedades urbanas, aumentou o registro do imóvel de Chico Flores para 600 m² (seiscentos metros quadrados), cobrando-lhe também o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – com valor atualizado e majorado. Em face do que dispõe a lei, nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

- A)** Está correta a cobrança do imposto pela Prefeitura, já que a propriedade, posse ou domínio útil de bem por acessão física é um dos fatos geradores definidos em lei para essa espécie de tributo.
- B)** A acessão física por aluvião é relevante apenas para a consideração da propriedade em si, não podendo ser, também, considerado para a cobrança de tributos.
- C)** Não procede a cobrança feita pelo município, em razão de que o aumento do terreno de Chico Flores tenha ocorrido por aluvião, evento não contemplado pela legislação como fato gerador do IPTU.
- D)** Não está correta a dimensão lançada pelo Poder Público como valor da base de cálculo do tributo, pois o valor que consta na escritura do imóvel é o que deve ser levado em consideração.

40) Dispõe o Código Civil que:

- A)** O contrato de alienação, usufruto ou arrendamento de estabelecimento, produz efeitos desde a assinatura do contrato por todas as partes.
- B)** O alienante pode fazer concorrência ao adquirente do estabelecimento, desde que tenha a autorização expressa por escrito e aguarde o prazo de doze meses.
- C)** O adquirente de estabelecimento não pode sofrer concorrência do alienante nos cinco anos que se seguirem à transferência, ainda que haja autorização expressa para tanto.
- D)** Um complexo de bens, organizado por empresário ou por sociedade empresária para o exercício da empresa é considerado, para fins legais, como estabelecimento.



- 41)** Em uma manhã de sábado, quando estavam prestes a iniciar as vendas da feira livre de determinado município, os ambulantes foram surpreendidos por alguns fiscais da Prefeitura Municipal que lhes comunicava estar proibida a instalação das barracas naquela avenida desde aquela semana. Indignados com a medida, alguns dos feirantes negaram-se a cumpri-la alegando que a prefeitura não poderia estabelecer tal restrição sem consultá-los antes. Acerca dos atos administrativos, são corretos todos os entendimentos a seguir, **EXCETO**:
- A)** Embora, via de regra, o ato administrativo possua o atributo da autoexecutoriedade, é certo dizer que a multa e a desapropriação são exemplos de atos em que a Administração é obrigada a recorrer ao Poder Judiciário, por meio da competente ação judicial.
- B)** A característica da autoexecutoriedade atribuí à Administração Pública a possibilidade de executar direta e imediatamente seus atos, via de regra, sem necessidade de confirmação ou autorização jurisdicional.
- C)** Presume-se absolutamente legítimo o ato administrativo, assumindo-se estar ele em conformidade plena com as determinações legais pertinentes, sem cabimento de prova em contrário por parte de quem alegar não ser ele legal.
- D)** Por ser *iuris tantum*, a presunção de legitimidade atribuída ao ato administrativo pode ceder à prova em contrário.
- 42)** Considera-se a posse:
- A)** Direta aquela de quem entregou a posse, e indireta a de quem possui a coisa em seu poder.
- B)** Perdida quando cessa o poder sobre o bem, salvo se contra a vontade do possuidor.
- C)** Justa, quando não for clandestina ou violenta, ainda que seja precária.
- D)** De boa-fé, quando o possuidor não tem conhecimento do vício ou do obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- 43)** Considere que, hipoteticamente, o município de Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso, tenha sido condenado em ação de indenização movida por um munícipe. Considerando que a condenação foi no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e de que a sentença se baseou em enunciado de súmula do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A)** Tal sentença está sujeita à remessa necessária devido ao fato de ter sido emitida contra capital de estado, em patamar inferior a 300 (quinhentos) salários-mínimos.
- B)** Tal sentença não está sujeita à remessa necessária em razão de o valor da condenação ter sido superior a 100 (cem) salários-mínimos.
- C)** Tal sentença não está sujeita à remessa necessária em razão de ter sido embasada em súmula de um tribunal superior, além de sua condenação ter sido inferior ao patamar de 500 (quinhentos) salários-mínimos.
- D)** Tal sentença não está sujeita à remessa necessária em vista de ter sido proferida contra município.
- 44)** Acerca das normas do Direito Processual Civil brasileiro aplicado aos municípios, analise os itens e julgue ao final as alternativas, apontando a única **CORRETA** em suas afirmações:
- I. A certidão de dívida ativa dos municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei, é um título executivo extrajudicial.
- II. Os municípios são representados em juízo, ativa e passivamente, exclusivamente por seu prefeito.
- III. Os municípios gozam de prazo em dobro para todas as manifestações processuais que precise exercer.
- IV. O procurador-geral do município pode ser inquirido onde exerce sua função, mas a possibilidade de inquirição em sua residência é legalmente vedada.
- A)** II é verdadeira e III é falsa.
- B)** III é falsa e IV é falsa.
- C)** I é verdadeira e III é falsa.
- D)** I é verdadeira e IV é falsa.
- 45)** O presidente da Câmara de Vereadores de um município recém-emancipado de 18 mil habitantes colocou em pauta o projeto de Lei orgânica do município. Na sessão, porém, um grande debate se formou acerca das competências legislativas municipais. Dentre os pronunciamentos de vereadores abaixo, aquele que está juridicamente **CORRETO** é:
- A)** “Sr. Presidente, *data venia* a sua respeitável decisão de pautar o projeto ora debatido, carece esclarecermos que em municípios vibrantes como o nosso, de acordo com o nosso número de habitantes e à luz do texto constitucional federal, especificamente em seu artigo 29, inciso VI, alínea b, o subsídio dos Vereadores não pode ser inferior a trinta por cento daquele atribuído aos Deputados Estaduais.
- B)** “Sr. Presidente, não podemos aprovar hoje a Lei orgânica municipal, visto que está repleta de erros jurídicos. Exemplo disso é a criação de vinte e um cargos para Vereador, quando o correto para o número de habitantes de nosso município seria apenas treze”.
- C)** “Aprovar essa Lei orgânica, nos moldes em que se apresenta, é inconstitucional, Sr. Presidente. Vossa Excelência sabe que criar, por exemplo, um tribunal municipal de contas, vai contra a Carta de 1988.”
- D)** “Sr. Presidente, como base do governo, informo que precisamos, ao menos, rever o artigo que está estabelecendo o dia vinte de cada mês como data limite para efetuar o repasse para a Câmara dos Vereadores. Além de ser claramente uma manobra para desestabilizar o governo, é totalmente inconstitucional, pois o mês só se encerra no dia trinta”.



46) Assinale a alternativa que aponta corretamente todas as condutas que constituem abuso de autoridade:

- I. Qualquer atentado ao livre exercício do culto religioso, ao sigilo da correspondência e ao direito de reunião.
- II. Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- III. Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento de qualquer natureza.

- A)** Apenas I e II.
B) Apenas II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.

47) Entendendo que o poder regulamentar conferido à Administração Pública é a prerrogativa que ela possui para editar atos gerais visando à complementação de leis, de modo a viabilizar sua efetiva aplicação, pode-se afirmar **corretamente** que:

- A)** O poder regulamentar é formalizado, via de regra, por meio de decretos e regulamentos, mas não há impedimento para que algumas outras modalidades de instrumentos exerçam efetivamente este poder.
B) Trata-se de uma prerrogativa de direito privado, uma vez que é privativa da Administração Pública a edição de atos de regulamentação.
C) É possível que, ao regulamentar uma lei, a Administração Pública venha a alterá-la.
D) Embora vise efetivar a aplicação de uma lei, são considerados legítimos os atos de poder regulamentar que criem direitos e obrigações aos administrados, em face de eventual ausência de lei.

48) Considere os itens abaixo e assinale a alternativa que aponta corretamente todos os enunciados verdadeiros:

- I. A presunção de legitimidade decorre da supremacia do interesse público, sendo o atributo do ato administrativo que o considera válido, até que se prove o contrário. Dentre os fundamentos que justificam esse atributo estão o procedimento e as formalidades que antecedem sua edição e o fato de expressar a soberania do poder estatal.
- II. O guinchamento de carro estacionado em local proibido é exemplo do exercício da autoexecutoriedade pela Administração Pública.
- III. Enquanto a exigibilidade visa aplicar sanções administrativas, a autoexecutoriedade tem como objetivo executar materialmente o ato administrativo. Dessa forma, enquanto que pelo primeiro atributo a Administração Pública aplica uma punição, mas não desfaz a ilegalidade, pelo segundo, ela realiza a punição, mas também busca desfazer a ilegalidade.

- A)** Todos são verdadeiros.
B) Apenas um é falso.
C) Dois são verdadeiros.
D) Apenas um é verdadeiro.

49) Determinado Estado se viu diante da necessidade de atender uma demanda que seria mais facilmente proporcionada através da descentralização administrativa. Após estudos internos da comissão especial responsável, inferiu-se que a criação de uma autarquia pública seria a melhor alternativa para a questão. Chamada ao Gabinete do Governador e por ele indagada diversas vezes, pode-se dizer que dentre as respostas da comissão especial, a única que **NÃO** foi corretamente apresentada está na alternativa:

- A)** "Autarquias são uma excelente alternativa, pois possuem autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial".
B) "A partir do momento de vigência da lei de criação, as autarquias passam a existir, pois não se formalizam conforme o Código Civil, já que são instituições de direito público".
C) "As autarquias podem, inclusive, explorar atividade econômica, assim como pode sofrer falência".
D) "Uma vez que são instituídas por lei, por lei também deverá se dar sua extinção".

50) Com a proximidade das eleições, João Paulo, filho adotivo do vice-prefeito de um pequeno município, médico de 24 anos, procurou seu advogado para informar-se se haveria algum impedimento à sua candidatura a Prefeito no pleito seguinte, em face do fato de seu pai ter assumido a prefeitura cinco meses antes do dia das eleições. Diante das suas indagações, o advogado foi **CORRETO** ao responder que:

- A)** Infelizmente, por ter seu pai substituído o Prefeito dentro dos seis meses anteriores, está João Paulo inelegível no seu município.
B) Não há qualquer impedimento legal, desde que João Paulo houvesse se mantido afastado da vida política nos seis meses que antecedem o pleito.
C) João Paulo está elegível, em virtude de ser apenas filho adotivo.
D) João Paulo não está inelegível, posto que só estaria se seu pai tivesse substituído o Prefeito em até seis meses antes da eleição, o que não ocorreu.